

A experiência social-democrata sueca e a crítica feminista

Débora Nunes

1. Introdução

Os debates em relação a social-democracia¹ e a possibilidade de implementar o socialismo pela via eleitoral em sociedades capitalistas são bastante férteis, e encontram muitas controvérsias na literatura². Embora as posições em relação a essa possibilidade sejam bastante divergentes, existe um grande número de autores que aponta a social-democracia sueca, que teve início na década de 30 e permaneceu até os primeiros anos da década de 90, como a experiência histórica que mais se aproximou da concretização de um projeto socialista por meios reformistas, com vias de socialização dos meios de produção sem a existência de um projeto revolucionário armado (WILD, 1992).

Os motivos para o fim do projeto de transição sueco são bastante discutidos, sendo os mais citados: (1) o contexto de globalização das décadas de 80 e 90, que permitiu a quebra do pacto entre classes que sustentava o sistema (WILKS, 1996); (2) as limitações legais do papel do Estado em relação à estatização de empresas definidas no Acordo Saltsjöbaden, firmado entre empresários e sindicatos em 1938 (PONTUSSON, 1984); e (3) a complexidade da luta de classes, que não apresenta apenas as “formas puras” de burguesia e proletariado na sociedade real e acaba sub-representando politicamente setores minimizados nos sindicatos formais (WILD, 1992).

Em relação a esse terceiro ponto, Wild (1992) cita as críticas feministas e ambientalistas como as mais relevantes no período. Especificamente dentro do movimento feminista, o período de 1976 a 1982 foi marcado por intensa militância da Liga Fredrika

¹ A social-democracia constitui um modo capitalista de produção, porém possui como fim (ou pelo menos alega possuir nesse período específico) a transição para o modo socialista de produção. Por isso, contraponho o capitalismo e a social-democracia em termos de política e ação objetiva orientada, considerando que este possui o objetivo de desenvolver o socialismo utilizando-se das ferramentas democráticas burguesas e aquele busca a perpetuação do modo capitalista de produção. No presente artigo, portanto, o termo “capitalismo” designa as diferentes formas concretas que tal modo de produção assumiu na Suécia, exclusive a forma social-democrata.

² São referências principais dentro do espectro social-democrata as obras de Karl Kautsky, em especial em *O Caminho do Poder* (1979), o “revisonismo” da teoria marxista proposto por Eduardo Bernstein (1982, 1997) e o “esquerdismo” de Rosa Luxemburgo (2002).

Bremer³, um grupo de mulheres cuja presidenta do período, Birgitta Wistrand, foi acusada pelos dirigentes do LO⁴ (Sindicato Federal dos Trabalhadores da Suécia, principal sindicato dos operários no período) de ser agressiva e defender o tipo errado (*sic*) de mulheres (GELB, 1989). Também na década de 70, o movimento feminista Grupo 8 (fundado em 1968, com 1000 mulheres associadas) alcançou uma boa visibilidade, funcionando principalmente como um grupo de pressão a jornais e revistas para a contratação de mulheres feministas como colunistas e escritoras (SCOTT, 1982).

A militância feminista na Suécia é uma das mais sólidas do mundo, sendo um dos países com menor diferença salarial entre homens e mulheres, o primeiro país do mundo a conquistar um assento no parlamento para seu Partido Feminista Nacional (o F!), além de ter sido um dos primeiros países a permitir o voto feminino, legalizar o aborto e realizar diversas políticas públicas para a redução das diferenças entre homens e mulheres (que vão desde políticas habitacionais, tributárias e de saúde pública até leis para aposentadoria, licença-maternidade e licença-paternidade). A maior parte dessas leis foi criada no período social-democrata, e boa parte dos grupos feministas organizados também foram criados nessa época (JENSON & MAHON, 1992).

O esforço histórico das autoras feministas para tratar das questões relacionadas às políticas para mulheres desse período é bastante extenso e complexo, porém acaba por negligenciar os aspectos classicistas e econômicos envolvidos no processo decisório de políticas públicas⁵. Já os estudos econômicos de viés marxista, que buscam identificar as especificidades da luta de classes no contexto do pacto criado nessa experiência histórica, produzem um conhecimento que diminui a relevância política e econômica das mulheres e das questões de gênero, porém citam a relevância desse movimento para o fim de tal período⁶. O propósito do presente artigo é compreender a relação entre o movimento feminista sueco e os grupos dirigentes no período da social-democracia sueca, buscando investigar o

³ A Liga Fredrika Bremer foi a primeira organização feminista da Suécia, fundada em 1884. Entre o final da década de 70 e o início da década de 80 a instituição chegou à marca de 9000 pessoas filiadas, entre homens e mulheres.

⁴ A LO era a principal central sindical operária no período, estando intimamente articulada com o SAP (Partido Social-Democrata Sueco), que se manteve no poder durante todo o período de 1932 à 1991 (à exceção do curto intervalo de 1976 à 1981).

⁵ São referências as obras de Lipman-Blumen e Bernard (1979), Schirmer (1982), Hernes (1987), Edwards (1991) e Hirdman e Vale (1992).

⁶ As análises marxistas incluem as obras de Wild (1992), Wilks (1996), Pontusson (1987) e Korpi (1978 e 1983).

argumento encontrado na literatura que a organização das mulheres contribuiu para o fracasso (ou para a aceleração do fracasso) da experiência social-democrática.

Pretende-se partir das teorias relacionadas ao feminismo interseccional⁷ para compreender a posição das mulheres nas diversas fases desse período e os possíveis movimentos econômicos e políticos que a organização feminina logrou. Considerando a Suécia como sendo um país de vanguarda feminista e, simultaneamente, o caso mais bem sucedido de social-democracia na história, sendo aquele apontado na literatura como uma das características que minou este, tal investigação pode contribuir para a reflexão a respeito da relação entre as especificidades do modo de produção e da luta de classes e a relação entre sexos e gêneros.

2. A gênese da socialdemocracia sueca e a minimização das pautas feministas: do começo da década de 30 ao final da década de 50

O início das tratativas para a formalização de acordos entre empresários e operariado, que se deram durante a década de 30 e formaram a superestrutura jurídica para a implantação do projeto socialdemocrata, encontrava-se no contexto da grande crise do capitalismo deflagrada a partir da crise de 1929. Esse momento histórico específico e os fatores apontados como causas para a crise, com a popularização de teorias econômicas (notadamente as teorias keynesianas) que levaram ao questionamento de algumas estruturas do capitalismo liberal, dominante desde o final do século XIX, proporcionaram à classe operária uma posição de barganha mais favorável, com um fortalecimento dos argumentos sociais-democratas a nível mundial e uma maior disposição de ambas classes para a efetivação de acordos que evitassem a recessão (WILKS, 1996).

A proposta econômica de viés keynesiano adotada pelo SAP (Partido Social-Democrata Sueco, que se manteve no poder nos períodos de 1932-1976 e 1982-1991) ficou conhecida como modelo Rehn-Meidner, em homenagem aos economistas Gosta Rehn e Rudolf Meidner. Originalmente, a proposta era bastante arrojada no sentido de apresentar um extenso aparato de planificação econômica, incluindo controle estatal de exportações e movimentos internacionais de capitais e grande poder decisório para a classe trabalhadora. Entretanto, o afastamento dos comunistas da aliança LO-SAP, derivado da polarização do debate no contexto da Guerra Fria, levou o governo a buscar o apoio de empresários para as

⁷ Para mais sobre feminismo interseccional, ver Lykke (2010).

eleições de 1948, cedendo às pressões das fortes empresas exportadoras do país e permitindo a implantação dos modelos fordistas e tayloristas de produção – vistos com grande desprezo por parte da classe trabalhadora, que identificava neles uma maior alienação do processo produtivo e possíveis pioras nas condições de trabalho (PONTUSSON, 1987).

O período social-democrata sueco ficou conhecido como *Folkhem*⁸ (casa do povo, em tradução livre), seguindo o conceito de que a sociedade estaria organizada sob os princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ajuda mútua, assim como em um lar tradicional (JENSON & MAHON, 1992). Durante todo o processo de formação do *Folkhem*, o SAP possuía uma ala feminista dentro do partido: a SSKF (Liga Social-Democrata Feminina). No congresso da SAP de 1928, no qual cunhou-se o termo *Folkhem*, a representante da SSKF reivindicou a participação das mulheres na construção desse projeto desde sua base, e não apenas como pessoas incluídas nesse modelo econômico posteriormente (EDUARDS, 1991). Porém, da mesma forma que as reformas mais radicais no sentido de conferir maior poder ao Estado e à classe trabalhadora tiveram que ser deixadas de lado no decorrer do processo, para garantir as eleições do SAP, também as pautas feministas foram minimizadas:

Assim como as reformas radicais das relações de classe tiveram de ser sacrificadas para a criação de um consenso social, também uma visão mais tradicional das relações de gênero foi vitoriosa em relação a uma forma alternativa. A identidade de uma cidadã trabalhadora feminina foi marginalizada e, em seu lugar, se manteve uma visão de mulher dona de casa. A família era sempre representada como a esfera própria do sexo feminino, reconhecendo-se nela um modelo de política social baseado em relações familiares (casa do povo). Assim, as relações de gênero eram diferenciadas espacialmente, com os homens na produção e as mulheres no lar. (JENSON & MAHON, 1992, pg. 82, tradução livre).

Alva Myrdal, uma liderança progressista da SSKF que havia defendido a igualdade plena entre homens e mulheres já nos anos 30, recuou em sua posição para a formulação do plano político do SAP de 1944, deixando clara sua tentativa de diálogo com as chamadas “feministas maternas”⁹ e as alas conservadoras. A proposta final do partido colocou as mulheres como detentoras de um papel central para o desenvolvimento do *Folkhem*: as

⁸ Em inglês, a terminologia utilizada é People's Home.

⁹ As feministas maternas estão relacionadas fortemente ao movimento do feminismo de primeira onda, pois reivindicavam direitos formais igualitários. Entretanto, seu argumento estava baseado no quanto a participação política e a igualdade de direitos poderia ser benéfica para a sociedade no sentido de que estaria preparando melhores mães para seus filhos e filhas. Sua visão mantém o papel da mulher como mãe e dona de casa por excelência, porém iguais aos homens perante a lei.

mulheres são primordialmente mães e, se necessário for, também tem capacidade para serem trabalhadoras (JENSON & MAHON, 1992). A tentativa de caracterizar as mulheres como tendo um papel central no desenvolvimento da social-democracia porém essencialmente diferente dos homens chegava a caracterizar as mulheres como sendo as empregadoras dos trabalhadores, pois elas eram responsáveis por determinar o consumo nos lares e, portanto, eram quem determinava a produção em última instância, conforme artigo de viés keynesiano publicado no jornal da SAP em 1934 e duramente criticado pelas mulheres do partido (LINDHOLM, 1991).

Até o final dos anos 50, os avanços nas pautas feministas não foram significativos, embora a representação dos grupos de mulheres continuasse existindo tanto dentro quanto fora do SAP (NAUMANN, 2005). Aqui, é importante resgatar a literatura histórica feminista da Suécia, a qual enfatiza que, desde sua origem agrária, o país manteve um padrão de homem provedor¹⁰ de tipo fraco, segundo a caracterização de Sommestad (1997). Embora haja bastante divergência em relação às condições históricas e estruturais que colocaram a Suécia em uma posição de vanguarda no que tange à participação e representatividade femininas (em ambientes políticos e laborais, por exemplo, os quais são ainda hoje majoritariamente masculinos), há consenso sobre o destaque do país no que se refere à igualdade de gênero (MULINARI & MOLINA, 2010 e LINDHOLM, 1991). Assim, durante todo o período, a Suécia continuava representando um país de vanguarda nas questões feministas; entretanto, internamente, os avanços das pautas e as conquistas do movimento foram bastante reduzidas.

O conceito de *Folkhem*, até então, operava principalmente no sentido de reforçar o modelo de lar baseado na divisão sexual do trabalho, caracterizando o Estado como uma família harmoniosa e reforçando o papel da mulher como dona de casa/mãe, em oposição ao sustento de seu papel de cidadã (JENSON & MAHON, 1992). Entretanto, desde o princípio, esse modelo “borrou” a divisão entre o público e privado, permitindo que as questões familiares fossem tratadas como objetos de políticas públicas sem grande questionamento por parte de políticos e instituições do governo (HOBSON & LINDHOLM, 1997). Até o

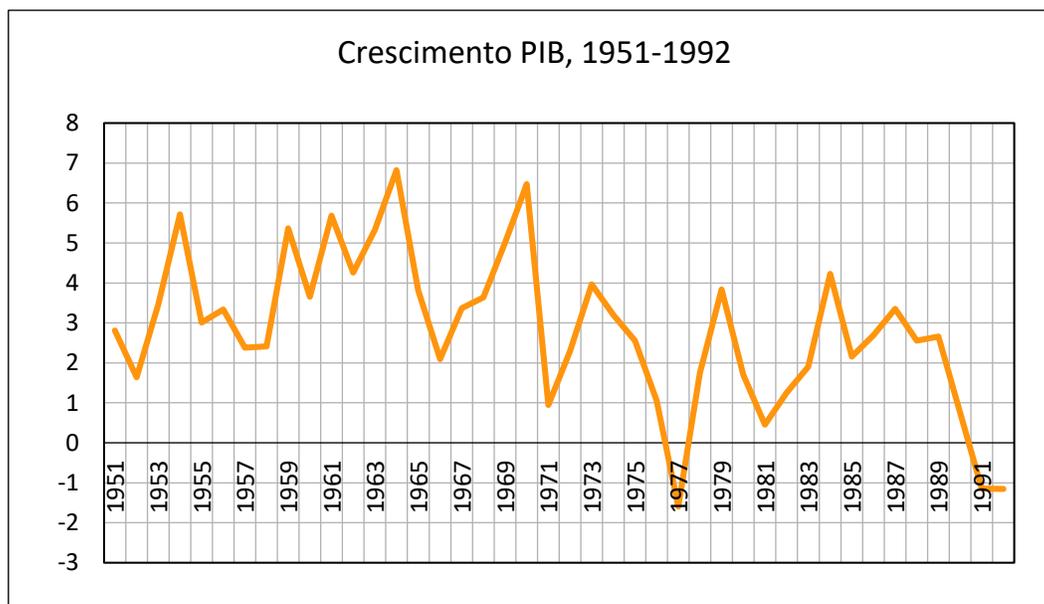
¹⁰ O *breadwinner model*, em tradução literal, é o modelo do ganhador-de-pão. Trata-se de uma estrutura familiar básica na qual existe uma pessoa responsável por trabalhar remuneradamente, a fim de garantir o sustento material da família, e outra responsável por trabalhar não-remuneradamente, no lar, a fim de garantir a organização interna do ambiente familiar. Embora a literatura já trate o *breadwinner model* como sendo um modelo no qual a primeira função pode ser ocupada por uma mulher (fenômeno das *breadwinner moms*), a expressão é geralmente associada a modelos familiares heterossexuais nos quais os homens são provedores do sustento e as mulheres organizadoras do ambiente familiar. Neste artigo, optou-se pela tradução “modelo homem provedor”, já bastante utilizada na literatura - ver Arilha, Rideti e Medrado (1998).

final da década de 50, o discurso oficial – inclusive por parte de algumas feministas – pautava as mulheres não como estando em condições desiguais às dos homens, mas sim desempenhando um papel (naturalmente) diferente: tinham um dever essencial e específico no desenvolvimento do modelo social-democrata, que era feito dentro do lar. A partir da década de 60, algumas mudanças importantes nessas condições permitiram avanços significativos nas conquistas feministas, reforçando o caráter público das políticas voltadas para o âmbito doméstico.

3. Mudanças econômicas e conquistas feministas: da década de 60 a metade da década de 70

Os congressos do SAP no final da década de 50 foram marcados por intensos debates a respeito da impossibilidade da continuidade do grande crescimento econômico que a Suécia apresentava, aliado ao baixo índice de desemprego e ao crescimento contínuo de salários reais. No início da década de 50, a Suécia chegava a patamares de 5% de crescimento no PIB (Gráfico 1), mantendo uma taxa de desemprego ao redor de 2% em todo o período (SBC, s. d.). Embora as décadas de 50 e 60 sejam sempre apontadas como o período mais estável da social-democracia sueca, o final da década de 50 foi marcado por uma redução contínua do crescimento do PIB nacional:

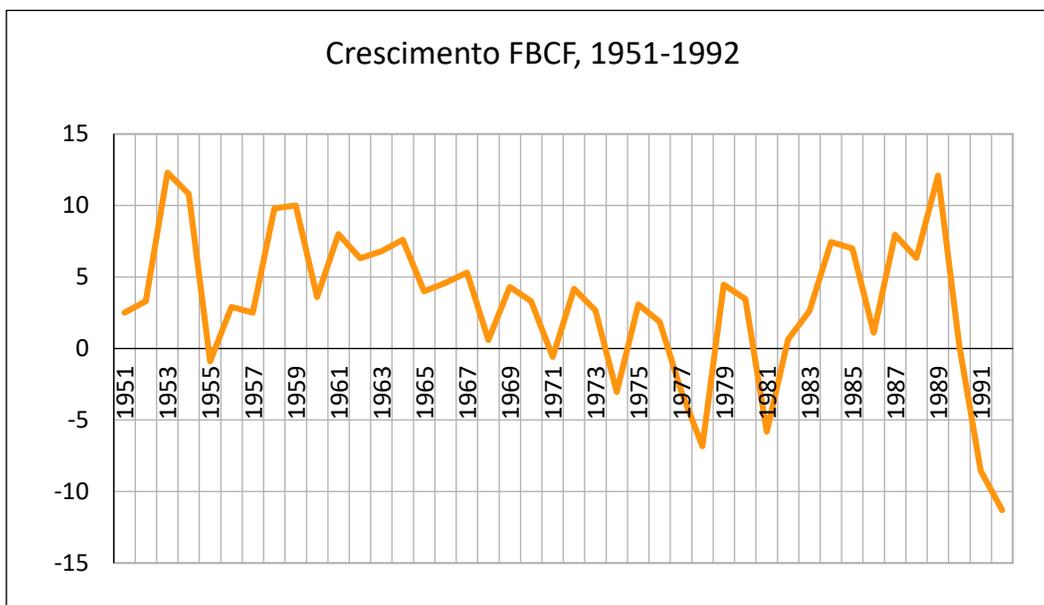
Gráfico 1: Crescimento do PIB da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

As lideranças pintavam quadros ameaçadores a respeito do futuro econômico do país devido à estagnação da produtividade em relação ao crescimento do salário real, reforçando um discurso de necessidade de queda dos salários médios para evitar uma estagnação econômica (NAUMANN, 2005). Embora o PIB crescesse a taxas decrescentes no período, houve um crescimento constante na formação bruta de capital fixo do país, reforçando o discurso da necessidade de absorção de mão de obra barata:

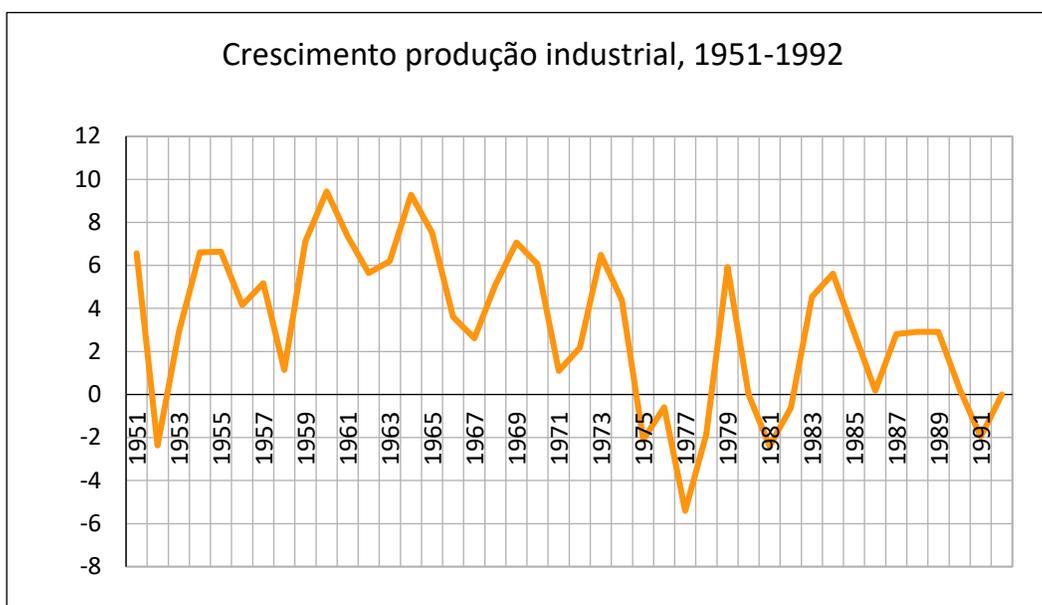
Gráfico 2: Crescimento da formação bruta de capital fixo na Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

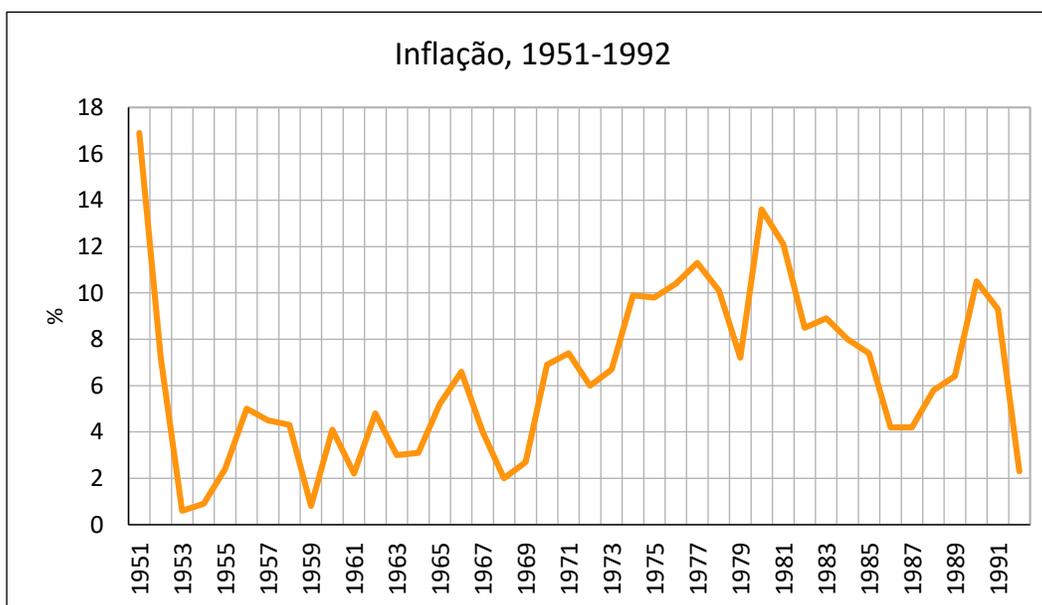
Completavam o quadro econômico do final dos anos 50 uma baixa no índice de produção industrial, que apresenta movimento bastante semelhante ao PIB do país (Gráfico 3) e uma leve tendência de alta da taxa de inflação, que após a recuperação da altíssima taxa do final dos anos 40 voltava a apresentar tendência de crescimento (Gráfico 4):

Gráfico 3: Crescimento do índice de produção industrial da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

Gráfico 4: Inflação da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

Dentro do LO, um grupo de mulheres se organizava desde o início da década de 50 para solicitar políticas de assistência a mães trabalhadoras, principalmente por meio de políticas de auxílio às crianças. Essas pautas, historicamente silenciadas no sindicato – que estava profundamente baseado no modelo homem provedor – começaram a ganhar espaço no contexto de produto e produção industrial crescendo a ritmos decrescentes, baixa taxa de

desemprego, inflação crescente e crescimento salarial constante, acordado entre a SAP e o LO, independente dos níveis de produtividade. Entre aceitar a proposta dos empresários de iniciar a contratação de “trabalhadores convidados” (principalmente via imigração), que não teriam acesso a direitos trabalhistas e fariam apenas serviços específicos e temporários, e iniciar uma campanha junto às mulheres sindicalizadas a favor das políticas de auxílio às crianças de mães trabalhadoras, o LO optou pela segunda proposta, tornando-se um aliado das mulheres na luta por essas políticas a partir dos anos 60 (NAUMANN, 2005).

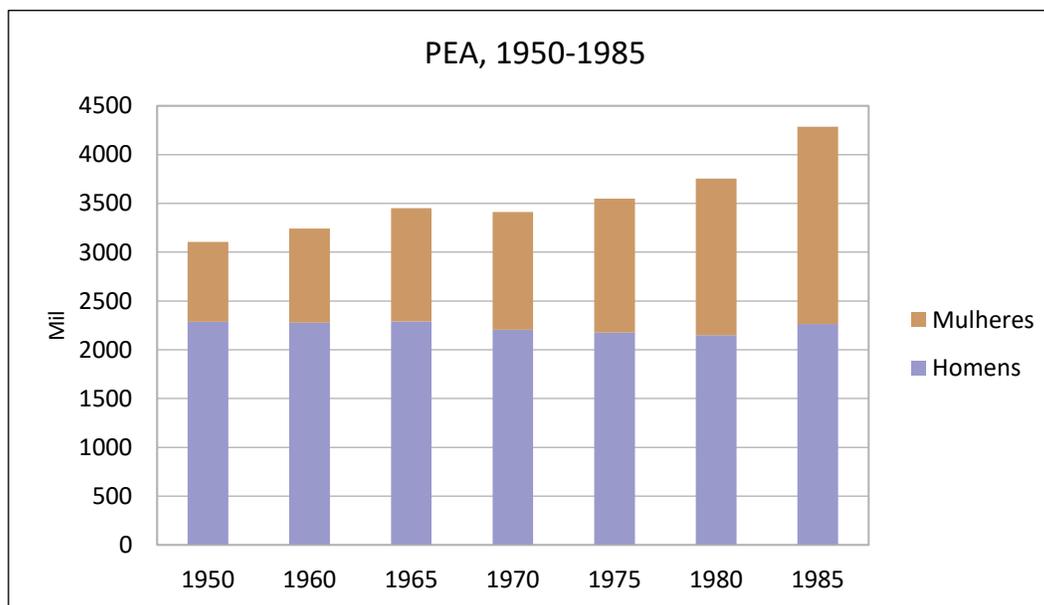
Também nesse período iniciava-se o chamado feminismo de segunda onda, que possui como algumas principais autoras Simone de Beauvoir (2009 – publicação original em 1949), Betty Friedan (1971 – publicação original de 1963) e Heleieth Saffioti (2013 – publicação original de 1969). O marco principal dessas novas militantes e estudiosas do feminismo foi justamente o questionamento a respeito dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres na sociedade, debatendo não só as desigualdades explícitas entre os sexos (desigualdade legais de direito à voto e propriedade, por exemplo, foco das feministas de primeira onda), mas também as desigualdades implícitas nos direitos e responsabilidades das mulheres, incluindo as discussões a respeito das mulheres trabalhadoras e do trabalho feminino gratuito dentro do lar. As feministas suecas, que sempre apresentaram uma posição de vanguarda no movimento mundial, foram bastante influenciadas por essa nova visão de igualdade entre sexos, e o debate a respeito da necessidade de políticas que permitissem às mulheres escolher entre trabalhar gratuitamente no lar ou remuneradamente fora dele, mesmo com filhos, foi um impulso à campanha favorável ao estabelecimento de políticas estatais para auxílio e cuidado a crianças.

O governo, até o final dos anos 50, contava com a participação do Partido Agrário (que mudou de nome para Partido do Centro) na sua base aliada. O partido, de visão mais conservadora, identificava uma pensão para mulheres trabalhadoras casadas como sendo uma solução mais eficaz para o problema de escassez de mão de obra, pois permitira o trabalho feminino apenas em meio turno e a contratação de outras mulheres para fornecerem cuidados às crianças (MAHON, 1997). O SAP, entretanto, estava mais inclinado a fortalecer a expansão da rede pública de atenção a crianças com qualidade no ensino, alinhando-se às pautas do LO. O rompimento do Partido do Centro com o SAP fortaleceu ainda mais essa proposta, que contemplava os interesses do governo de diversas formas: (1) atendia às demandas feministas crescentes, que radicalizavam seus movimentos tanto dentro dos partidos como por meio de grupos feministas independentes, tornando-se um grupo

articulado cujos votos estavam em constante disputa; (2) permitia a absorção de mão de obra sem conflitos com o LO, que apoiava tal política; (3) corroborava com a estratégia de expansão do Estado, pois a ampliação do oferecimento de serviços públicos era uma forma eficaz de absorver mão de obra feminina¹¹; (4) servia como argumento político, pois a construção de escolas públicas de turno integral recebendo crianças desde a primeira infância proporcionaria uma educação igual para todas as classes sociais, além de permitir às mulheres a possibilidade de trabalhar turnos completos em postos de trabalho estáveis se assim desejassem, mitigando as diferenças entre classes no país (NAUMANN, 2005).

Nesse período, portanto, houve um aumento significativo no número de mulheres constituindo a população economicamente ativa (PEA) do país (Gráfico 5), com pouca variação na taxa de crescimento populacional (menos de 0,5% em todo o período, Gráfico 6):

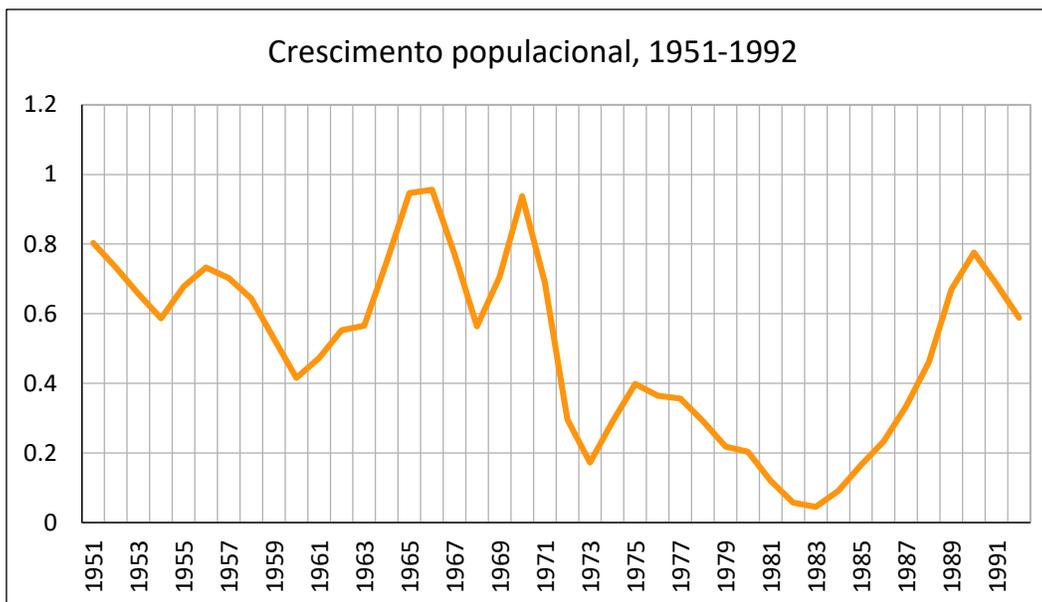
Gráfico 5: População Economicamente Ativa (PEA) da Suécia por sexo em 1950, 1960, 1965, 1970, 1975, 1980 e 1985



FONTE: SCB – Historical Statistics

Gráfico 6: Crescimento populacional da Suécia, 1951-1992

¹¹ O enorme crescimento do setor de serviços no período foi um movimento massivo em todos os países da OCDE. Tradicionalmente, esse setor conta com uma grande porcentagem de mão de obra feminina, principalmente por proporcionar horários mais flexíveis e disponibilidade de cargos de meio turno, além de não exigir altos níveis educacionais. Sobre setorialização do trabalho feminino, ver CHARLES e GRUSKY (2004).



FONTA: SCB – Historical Statistics

Embora a Suécia tenha apresentado uma baixa na taxa de fertilidade desde o início dos anos 60 até o final dos anos 70, seguindo o padrão internacional dos países desenvolvidos no período, essa taxa reduziu de forma bem menos intensa que nos demais países europeus. As políticas públicas de cuidados às crianças desenvolvidas nesse período da história sueca são frequentemente apontadas como as principais responsáveis pela baixa redução da fecundidade em comparação a países como Alemanha, Suíça, Itália e Áustria (HOEM, 1990).

Para dados de 1960, 7,82% das mulheres que constituíam a população economicamente ativa eram casadas e tinham filhos ou filhas de até 6 anos; em 1965, esse número sobe para 20,12% e, em 1970, chega a 25,84% (SCB, s. .d.). Dessas, quase a totalidade possuíam cônjuge que também auferia renda (o valor é superior a 95% para todos os anos e varia menos de 1% no período). As escolas públicas recreativas de meio turno para crianças, que somavam quase 19 mil unidades no início da década 1950, bateram a barreira dos 38,4 mil no início dos anos 60. Já as creches públicas de turno integral subiram de 9,7mil unidades para 14,3 mil (JENSON & MAHON, 1992).

A década de 60 foi marcada por um grande *boom* de exportações na economia, permitindo um elevado crescimento (Gráfico 1), níveis razoavelmente estáveis de inflação (de 2 a 6% - Gráfico 4) e manutenção do baixo nível de desemprego. Simultaneamente, houve um grande crescimento da máquina pública, com aumento do gasto do governo e criação de cargos em serviços sociais, educação e saúde (EDUARDS, 1991). Esse quadro permitiu o já referido crescimento da população economicamente ativa feminina sem

grandes reduções na taxa de fecundidade em comparação aos demais países desenvolvidos, reforçando a ideia estabelecida pelo SAP na plataforma política de 1944: a mulher deveria exercer seu papel de mãe para, então, exercer seu papel de trabalhadora.

Esse novo quadro econômico contribuiu para radicalização do discurso de vários setores: (1) as alas feministas passaram a questionar sua posição de donas de casa/mães, alinhando-se ao discurso do chamado feminismo de segunda onde e questionando as desigualdades entre homens e mulheres que antes eram vistas apenas como diferenças (JENSON e MAHON, 1992); (2) os trabalhadores de “colarinho-branco”, ou seja, os que possuíam cargos de gerência e supervisão, associados a um maior grau de escolaridade, aumentaram sua representatividade e passaram a fortalecer sindicatos externos ao LO, com identificação burguesa e apoio aos patrões em detrimento da classe de “colarinho-azul” (chão de fábrica); (3) a classe “colarinho-azul” viu os diferenciais de renda entre ela e as demais classes estagnarem, verificaram lucros considerados excessivos por parte das empresas mais ricas e sentiam seu poder de barganha diminuir dentro das fábricas com a implementação de sistemas fordistas de produção, além das restrições legais de participação dos sindicatos nas decisões importantes devido a cláusulas do Acordo Saltsjöbaden (WILD, 1992).

Em decorrência dessa radicalização, o final da década de 60 e o início da década de 70 foram marcados pela explosão de inúmeras greves pelo país, exigindo maior poder à classe trabalhadora e mais igualdade (“mais igualdade”, inclusive, foi o *slogan* de campanha do SAP nas eleições de 1968, visando acalmar os ânimos dos movimentos grevistas que já estavam se articulando no período). Em relação às pautas feministas, embora a política de expansão da rede pública de ensino para cuidado das crianças tenha sido adotada de maneira ampla, em 1972 a fila de espera nas creches chegava a 400mil crianças, e o Group 8 lançou a palavra de ordem “Não chore, fique braba – ataque!” para pressionar os governantes (NAUMANN, 2005).

O fim do imposto de renda familiar conjunto, em 1971, que desincentivava a entrada das mulheres no mercado de trabalho por gerar um ônus maior em tributação para a família no caso de dois membros auferirem renda, e a legislação de 1973, que declarava o direito à vaga em creche pública para todas as crianças de 3 a 6, não foram suficientes para reduzir as pressões feministas, que reivindicavam não só a entrada das mulheres no mercado de trabalho como forma de reduzir a desigualdade entre sexos, mas também a maior participação dos homens nas atividades do lar (MAHON, 1997). Visando amenizar os

ataques, o governo implementou em 1974 uma nova legislação de licença parental: tanto o pai quanto a mãe de uma criança pré-escolar poderiam reduzir seu expediente a um quarto do tempo normal e continuar recebendo até 90% do salário. A princípio, como os salários dos homens eram maiores, em média, que os das mulheres (e continuam sendo até os dias de hoje), a licença paternidade sem remuneração seria um ônus muito grande para a renda familiar, e essa política visava justamente mitigar esse efeito. Entretanto, sem o estabelecimento de uma porcentagem mínima da licença parental a ser tirada pelo pai, o que ocorreu de fato foi a manutenção da desigualdade, com 90% das licenças sendo solicitadas por parte das mães (SOMMESTAD, 1997).

Esse quadro político tornava cada vez mais frágil a governabilidade do SAP: por um lado, havia um acirramento da luta de classes, que se materializava na pressão por parte dos colarinho-azul exigindo mais igualdades via crescimento da máquina pública, em oposição à crescente pressão dos trabalhadores colarinho-branco, que alinhavam-se à ideologia neoliberal e exigiam enxugamento do Estado para manutenção do seu *status* e separação entre trabalho manual e trabalho mental (MAHON, 1997 e PONTUSSON, 1987); por outro, as pautas feministas dentro e fora das organizações partidárias tornavam-se cada vez mais radicais, no sentido de propôr políticas que buscavam a ir além do fortalecimento da personagem “mulher-trabalhadora” e criar uma divisão igualitária de serviços domésticos e mais solidariedade entre setores produtivos, visando o fim da divisão de gênero (mulheres nos serviços e homens na indústria) a longo prazo (HOBSON & LINDHOLM, 1997). Aliado a esses fatores, o rápido decréscimo no crescimento do PIB (Gráfico 1) e na produção industrial (Gráfico 3) a partir de 1973, com simultâneo aumento exponencial na inflação (Gráfico 4), no contexto do choque do petróleo ocorrido nesse ano, favoreceram o argumento do fim do modelo social-democrata política e economicamente.

Visando fortalecer a aliança LO-SAP e impulsionar as pautas feministas de igualdade plena, a SSKF lançou em 1974 a campanha do turno de seis horas. O argumento principal baseava-se de ideia de que as pessoas precisavam de “tempo para serem humanas”, e o turno de seis horas possibilitaria, por um lado, o aumento do bem-estar da classe trabalhadora e a possibilidade de estudos no turno inverso para reduzir as desigualdades; por outro, também possibilitaria a divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos. Entretanto, o LO optou por priorizar a pauta histórica da quinta semana de férias, afirmando

que o partido não deveria propôr um ajustamento de todos à norma social estipulada para o turno de trabalho feminino, mas sim focar na garantia dos direitos de trabalhadores de meio turno (MAHON, 1997).

A estratégia do SAP foi fortalecer as pautas trabalhistas sem modificar a políticas de salários: em 1971 foi aprovada a lei que estabelecia dois assentos para representantes da classe trabalhadora em conselhos de empresas com mais de 100 funcionários e funcionárias e em 1974 foi proibida a demissão de qualquer trabalhador ou trabalhadora sem consulta ao sindicato. Em 1975, finalmente, foi proposta por Rudolf Maidner a famosa política de criação de um fundo dos assalariados e assalariadas, que determinava um repasse por parte das firmas com mais de 500 empregados e empregadas no montante de 20% do seu lucro para um fundo da classe trabalhadora que teria poder decisório na empresa. Estimava-se que, com lucros de 15% ao ano, dentro de 25 anos o fundo atingiria valor suficiente superar 50% dos direitos de voto da empresa, tornando a classe trabalhadora a sócia majoritária (WILDE, 1992).

Nas eleições de 1976, portanto, o SAP apresentou uma pauta classicista, reivindicando mais igualdade para as mulheres via aumento do número de creches públicas – sem comprometer-se com o estabelecimento de cotas para licença-paternidade e turno de trabalho de seis horas, as duas principais pautas do movimento – e reivindicando mais igualdade para a classe trabalhadora via aumento do poder decisórios dos sindicatos. Esse não alinhamento com o movimento feminista, somado ao ataque frontal à classe capitalista com a proposta dos fundos de assalariados e assalariadas e à crise econômica que se refletia na estagnação do crescimento (Gráfico 1) levaram a vitória do Partido Liberal, aliado aos partidos Moderado e Central.

4. O avanço da ideologia neoliberal e o fim do modelo social-democrata: a aliança de oposição de 1976 a 1981 e a “social-democracia reformulada” de 1982 a 1991

A derrota eleitoral trouxe um intenso debate interno no SAP, e a majoritária do partido considerou o projeto dos fundos para assalariadas e assalariados como sendo a principal causa do fracasso nas urnas (WILKS, 1996). Com a radicalização dos movimentos sociais e a disseminação da ideologia neoliberal, os votos se tornaram cada mais vez mais individuais e menos classicistas:

Até os anos 70, o voto por reconhecimento de classe era forte, e as preferências do eleitor eram estáveis no tempo. A partir dos anos 70, entretanto, a volatilidade aumentou; não só o voto de classe diminuiu, mas também os eleitores passaram a mudar de partido com mais frequência e escolher seu voto com base na campanha eleitoral (ANDERSON & IMMERGUT, 2007, p. 359, tradução livre).

Como era de se esperar, o governo de 1976 iniciou uma enorme crítica ao modelo Rehn-Meidner, com um forte discurso pró-mercado para crescimento da concorrência e redução drástica do aparato estatal sueco, principalmente no que tange à prestação de serviços (educacionais e médicos, inclusive)¹². Identificando o momento de crise econômica e crise política, o SAP passou a defender a concorrência privada na prestação de serviços públicos e pautou a proibição de greves como medida legítima para aumentar a produção nacional a partir dessa eleição (JENSON & MAHON, 1992). O ambiente de instabilidade no crescimento do PIB (Gráfico 1) e na inflação, que atingiu um pico de quase 14% em 1980 (Gráfico 4), fortaleceram o discurso de esgotamento do modelo, aliado ao contexto mundial de globalização.

O período foi marcado por uma enorme crise de representação, gerando atritos na histórica aliança LO-SAP. A guinada neoliberal do SAP se somava à perda do poder de barganha do LO, com o abandono das campanhas por salários solidários entre setores e início de negociações específicas por ramo. Por um lado, a classe trabalhadora perdia força, no sentido de se mostrar cada vez menos capaz de promover uma articulação intersetorial e nacional para conquistar suas pautas (quinta semana de férias, campanhas salariais, etc.); por outro, a mobilidade internacional de capitais e a alta globalização do início dos anos 70 pesaram a balança a favor da classe capitalista, levando a vias de extinção o Acordo Saltsjöbaden (WILKS, 1996).

Na conferência do SAP de 1981, a proposta do fundo de assalariados e assalariadas foi fundamentalmente dissolvida. Em seu lugar, foi proposta a criação de cinco fundos de investimento da classe trabalhadora financiados por 20% dos lucros das grandes empresas e um imposto específico sobre salários. Entretanto, cada fundo não poderia passar a cota

¹² O contexto internacional torna-se essencial para compreender essa guinada neoliberal sueca, em especial a ascensão de um novo modelo capitalista nos Estados Unidos. Depois da derrota no Irã, da vitória sandinista na Nicarágua e vitória dos vietcongues no Vietnã, o país adotou abertamente uma política imperialista para destruir qualquer possível foco de socialismo. Além do enorme investimento bélico daí derivado, a ideologia capitalista dedicou-se a ganhar corações e mentes pelo mundo. Inclusive na Suíça, houve enorme apoio político e midiático para propaganda do ideário neoliberal (WILDE, 1992).

de 8% do total de ações da companhia. Mesmo essa modesta proposta, posta em prática em 1982 (quando o SAP voltou ao poder), foi extinta em 1990, pois foi vista como uma ameaça de longo prazo a classe capitalista, gerando grande repercussão negativa na mídia e passeatas nas ruas (WILDE, 1992).

As feministas, que haviam tensionado o SAP para a extensão e o estabelecimento de cotas para licença paternidade nas eleições anteriores, viram uma estagnação no avanço de suas pautas. A licença parental foi estendida para nove meses, pois a aliança de oposição também via os votos das organizações feministas – majoritariamente descontentes com o governo social-democrata – em disputa. Entretanto, o governo estabeleceu que para os 3 meses adicionais de licença haveria desconto em porcentagem de salário, o que desencorajava a utilização de licença paternidade por dois motivos: (1) os primeiros meses em geral são de afastamento da mulher, devido ao desgaste da gravidez e à amamentação; (2) o salário médio masculino era (e continua sendo) maior que o feminino, e como a porcentagem de desconto é a mesma o casal tende a optar pela menor perda salarial (MAHON, 1997).

Nas eleições de 1982, o SAP estabeleceu como prioridades a restauração do pleno emprego e a eliminação do déficit público. O já referido contexto econômico de instabilidade, aliado à crise de representatividade política (que também afetava os partidos Liberal, Central e Moderado), garantiu a reeleição do SAP. A campanha foi baseada nos conceitos de escolha e pluralidade com forte crítica à ideia de uma mesma medida para todos, evidenciando a disputa pela classe colarinho-branco e o alinhamento com princípios neoliberais (MAHON, 1997).

Internamente, o partido iniciou uma reaproximação com o LO por meio de uma campanha voltada aos sindicatos setoriais e empresariais contra a adesão da barganha individual para as pautas trabalhistas, alegando que essa política prejudicava a classe trabalhadora como um todo, aumentava a desigualdade social e não tinha compromisso com a redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres – reconhecendo o grande crescimento das feministas dentro do sindicato (WILDE, 1992). Apesar das campanhas, em 1983, o sindicato dos metalúrgicos anunciou oficialmente que deixaria o esquema de barganha centralizada, desencadeando um movimento de rompimento com os sindicatos setoriais e nacionais em todo o país (BERGQVIST, 1991).

A chamada “social-democracia renovada” desenvolvida a partir de 1982 tinha uma roupagem de social-democracia que se mantinha por meio de legislações (como a educação pública garantida para crianças de até 18 meses), subsídios a cooperativas, defesa da jornada de trabalho de seis horas (muito por pressão da SSKF e ainda em oposição ao LO, que reivindicava quinta semana de férias) e manutenção do pleno emprego como meta principal de governo. Contudo, a política keynesiana anterior foi substituída por uma enorme restrição nos gastos do governo para eliminar o déficit público, uma grande abertura comercial nos anos 80 (que tornou o governo cada vez mais dependente dos fluxos de importação e exportação) e a permissão da exploração visando lucros dos serviços de saúde e educação, com simultânea redução de investimento nos serviços públicos (JENSON & MAHON, 1992).

A instabilidade econômica, a nova ideologia capitalista hegemônica pós-guerra e a crise política sueca refletiram-se nos resultados eleitorais ano a ano, com a proposta da “social-democracia renovada” perdendo sua margem de vitória a cada eleição (ANDERSON & IMMERGUT, 2007). Entretanto, é digno de nota que, nas eleições de 1991, o eleitorado feminino se mostrou mais comprometido com o SAP (e também com o Partido Ambientalista) que o eleitorado masculino, principalmente as mulheres sindicalizadas, embora com forte oposição às políticas pró-mercado adotadas. O LO, em 1988, elegeu pela primeira vez na sua história uma presidenta mulher. No mesmo ano, foi realizado o primeiro encontro de mulheres do sindicato, no qual traçou-se uma tática de expôr pautas feministas abrangentes para sensibilizar possíveis eleitoras do partido liberal pela via feminista, identificando o movimento de personalização do voto e a falta de representação partidária das mulheres (JENSON & MAHON, 1992).

Com as pressões econômicas crescentes, que alcançaram seu estopim na retração do PIB de 1990 (Gráfico 1) e exponencial queda no investimento em formação bruta de capital fixo (Gráfico 2), bastante derivados da enorme abertura comercial dos anos 80 (WILKS, 1996), mesmo esse novo projeto de política, que claramente afastava-se dos objetivos iniciais de alcançar o socialismo¹³, foi derrotado nas urnas em 1991. No contexto de perseguição ao

¹³ Aqui, considero o abandono da pauta dos fundos para assalariados e assalariadas por parte do SAP como sendo um claro sinal de rompimento com um projeto socialista. Embora seja bastante discutível a ideia de que o repasse de uma maioria acionária para a classe trabalhadora constitua um compromisso inequívoco com a construção de uma sociedade que opere sob o modo de produção de socialista, certamente esse projeto aproxima-se mais dos ideais socialistas que a modesta proposta reformulada que surgiu em 1982, somada às políticas de abertura para empresas com fins lucrativos em serviços públicos e redução do aparato do Estado via cortes de investimento.

socialismo por parte dos EUA (com o fim da União Soviética no mesmo ano) e crise mundial do chamado modelo do Estado de bem-estar social, a derrota do SAP na eleição de 1991 é apontada como o marco final da social-democracia sueca.

5. Conclusão

O presente artigo buscou realizar uma breve revisão de literatura sobre a social-democracia sueca em duas temáticas: a bibliografia feminista e a bibliografia marxista. A partir desse movimento, objetivou-se traçar algumas relações entre o movimento das mulheres no período e as pautas e políticas adotadas pelo SAP, investigando a hipótese encontrada na literatura de que o movimento feminista, juntamente ao movimento ambientalista, contribuíram para o fim do período social-democrata.

Primeiramente, é interessante verificar a organização das mulheres do partido, interessadas em construir um projeto social-democrático desde o princípio de forma ativa. A participação feminina na construção de projetos políticos e econômicos é, por si só, uma quebra dos padrões tradicionais, especialmente no início do século XX, período no qual foram construídos os pilares que deram sustentação a política do SAP nos anos subsequentes. Entretanto, o recuo em relação a algumas pautas já nos anos 40 indicam que a igualdade entre gêneros não aparece como sendo pré-requisito para a construção de uma sociedade mais igualitária, mas sim um resultado desejável depois que avanços políticos e econômicos fossem conquistados.

De fato, é interessante observar que, mesmo com um movimento feminista estruturado desde o século XIX e atuando em diversas frentes (dentro e fora de partidos e sindicatos), as pautas das mulheres ganharam relevância apenas quando fundamentadas em argumentos econômicos. A aceitação da mulher trabalhadora e a reivindicação de estruturas públicas que possibilitassem o trabalho feminino fora do lar (essencialmente serviços de educação e saúde) foram pautas conquistadas no contexto de alta escassez de mão de obra do final da década de 50 e início da década de 60. Aqui, reforça-se o argumento das feministas marxistas, que identificam nas mulheres um exército industrial de reserva permanente no modo de produção capitalista. Ainda, os argumentos relacionados a serviços públicos de qualidade eram úteis para fortalecer as pautas classicistas do SAP.

Se, por um lado, observou-se um interesse por parte da aliança LO-SAP de construir uma sociedade que fornecesse a estrutura necessária para permitir a chegada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, por outro, a bibliografia levantada não indica igual

esforço para incentivar o auxílio dos homens às atividades do lar. Os homens que controlavam os partidos e sindicatos se mostraram dispostos a ceder espaço no mercado para as mulheres, mas não se mostraram dispostos a assumir o trabalho não-remunerado feito no lar nem a legislar para que esse espaço fosse preenchido (a não-adoção da campanha pela jornada de trabalho de seis horas e a negativa em relação ao estabelecimento de cotas para licença-paternidade nos anos 70 são importantes exemplos).

O modelo social democrata que vigorou até 1975 adotava discursos, práticas e políticas sobre as quais é possível observar a existência de um horizonte socialista a ser alcançado: fornecimento de serviços públicos de qualidade com impossibilidade de exploração lucrativa nesses setores, preocupação com a distribuição de renda e legislações que aumentavam o poder da classe trabalhadora sobre o processo produtivo. Entretanto, as propostas radicais dos anos 70, que previam a criação do fundo de participação da classe trabalhadora e a participação de dois membros do sindicato na decisão de demissão de qualquer funcionário ou funcionária, pareciam crer na possibilidade de construção de um socialismo sem a participação igualitária de homens e mulheres desde sua base. Foge ao escopo deste artigo analisar quais seriam os momentos da transição de uma social-democracia para o socialismo (se é que essa transição é possível), mas esse momento de radicalização para a tomada coletiva dos meios de produção na Suécia não passou por um estágio anterior que previsse a participação igual de homens e mulheres nos conselhos e sindicatos, para que o poder decisório sobre a produção pudesse ser equivalente desde o princípio¹⁴.

Com a derrota do SAP nas eleições de 75, as políticas econômicas adotadas pela oposição nos anos seguintes e a “social-democracia renovada” proposta na volta do SAP em 1982 não parecem dar continuidade ao período social-democrata iniciado nos anos 30. A reformulação das propostas radicais anteriores, a redução das atribuições do Estado, a abertura para a iniciativa privada na prestação de serviços públicos e as metas de redução nos gastos do governo são medidas contrárias a um possível horizonte socialista. Nesse sentido, parece mais preciso reivindicar o período social-democrata como sendo o governo da aliança LO-SAP de 1932 a 1975; a partir daí, o movimento de globalização foi capaz romper os

¹⁴ Seria ingênuo considerar que uma proposta prevendo número igual de homens e mulheres em conselhos seria a solução para a falta de representatividade feminina na formulação e decisão de processos econômicos e políticos, mas certamente essa representatividade não viria sem o aumento significativo da porcentagem de mulheres nesses cargos, que era bastante baixa no período.

acordos entre e intra classes, pesando a balança a favor do capital e impossibilitando a continuidade do projeto.

A afirmação de que o movimento feminista foi um dos responsáveis pelo fim do período social-democrata sueco, portanto, gera alguns desconfortos. Sem dúvida, o movimento contribuiu para queda de popularidade do SAP nas eleições, tanto por meio das tensões internas com o SSKF quanto por meio dos movimentos suprapartidários que tomavam as ruas. Todavia, é possível interpretar que esses movimentos tensionavam para a adoção de uma social-democracia igualitária em gênero, e não para o fim desse modelo. A militância do período orientava-se pela igualdade, inclusive apresentando pautas que trariam o bem-estar da classe trabalhadora (como a jornada de trabalho de seis horas). As denúncias por parte do movimento não parecem ser críticas ao modelo social-democrata, mas à ausência de vontade política da aliança LO-SAP em diminuir as desigualdades. Considerando o momento internacional de acumulação do capital e o crescimento da ideologia neoliberal, face às características necessárias para a manutenção da estrutura social-democrata (fronteiras nacionais bem definidas para prestação Estatal de serviços e acordos entre as classes das empresas nacionais, limitação dos lucros empresariais, fortalecimento dos sindicatos para barganha salarial coletiva, etc), parece ingênuo considerar a crítica feminista como um dos fatores relevantes para o fim do período¹⁵.

Se o socialismo é uma sociedade sem opressões, é necessária a construção de um projeto que liberte todos os indivíduos, admitindo opressões de classe, raça, gênero e sexualidade desde o princípio, e não como pautas adicionais a serem incorporadas posteriormente a pautas econômicas. Afirmar que a crítica feminista contribuiu para o fracasso da social-democracia sueca pode sugerir que a participação das mulheres foi um empecilho ao bem estruturado projeto de implementação do socialismo no país, o que não se verifica na literatura analisada.

O presente estudo sugere que os textos econômicos marxistas pouco deram atenção às críticas feitas pelas feministas ao projeto social-democrata, focando-se nos efeitos práticos que a militância das mulheres do período logrou econômica e politicamente. Talvez, uma leitura atenta às críticas feministas e a realização de exercícios de pesquisa que busquem identificar como elas se articulam com os movimentos econômicos e políticos, como o que

¹⁵ Dentre as feministas social-democratas que dissertaram sobre o tema, a ausência de mulheres desde o princípio da construção do projeto foi um dos argumentos considerados fundamentais para a impossibilidade de avanço do projeto socialista (HERMES, 1987).

aqui se buscou esboçar, possibilitem uma nova visão a respeito dessas tentativas de construção socialista, por vezes tão celebradas, identificando suas opressões intrínsecas e possíveis caminhos para sua superação em experiências futuras.

6. Bibliografia

ANDERSON, Karen M.; IMMERGUT, Ellen. Sweden: after social democratic hegemony. In: IMMERGUT, Ellen; ANDERSON, Karen M.; SCHLZE, Isabelle (eds.). **The Handbook of West European Pension Politics**. Oxford: Oxford University Press, 349-395, 2007. Disponível em: <https://www.uni-bamberg.de/fileadmin/uni/fakultaeten/sowi_professuren/vwl_sozialpolitik/Dateien/LV_SS_2007/Toft/7_Sweden_After_social_democratic_hegemony.pdf> Acesso em: 26 out 2015

ARILHA, M.; RIDENTI, Sandra G. U.; MEDRADO, B. **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Volume Único**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BERGQVIST, Christina. Corporatism and gender equality: a comparative study of two swedish labour market organizations. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 2, p. 107-125, 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.1991.tb00259.x/abstract>> Acesso em: 26 out. 2015

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. Problemas del Socialismo. El revisionismo em la socialdemocracia. México: Siglo Veintiuno, 1982. Disponível em: <<http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/Bernstein-Eduard-Las-premisas-del-socialismo-y-las-tareas-de-la-socialdemocracia.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2015

CHARLES, Maria; GRUSKY, David. **Occupational Ghettos: the worldwide segregation of women and men**. Redwood: Stanford University Press, 2004.

EDUARDS, Maud L. Toward a third way: Women's politics and welfare policies in Sweden. **Social Research**, v. 58, n. 3, p. 677-705, 1991. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/9609221842/toward-third-way-womens-politics-welfare-policies-sweden>> Acesso em: 20 ago. 2015

FINE, Ben. **Woman's Employment and the Capitalist Family: towards a political economy of gender and labour markets**. Londres: Routledge, 1992.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Teresópolis: Vozes, 1971.

GELB, Joyce. **Feminism and Politics: a comparative perspective**. Berkeley: University of California Press, 1989. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft3z09n8wj/>> Acesso em: 20 jun. 2015

_____. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HERNES, Helga Maria. **Welfare state and woman power: essays in state feminism.** Oslo: Norwegian University Press, 1987.

HIRDMAN, Yvonne; VALE, Michel. Utopia in the home. **International Journal of Political Economy**, v. 22, n. 2, p. 5-99, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40470564>> Acesso em: 26 set. 2015

HOBSON, Barbara; LINDHOLM, Marika. Collective identities, women's power resources and the making of the Welfare States. **Theory and Society**, v. 26, n. 4, p. 475-508, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/657858>> Acesso em: 28 jul. 2015.

HOEM, Social policy and recent fertility change in Sweden. **Population and Development Review**, v. 16, n. 4, p. 735-748, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1972965>>. Acesso em: 03 de set. 2015

JENSON, Jane; MAHON, Rianne. Representing solidarity: class, gender and the crisis in Social-Democratic Sweden. **New Left Review**, v. 201, p. 76-100, 1992. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR19708.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2015

KAUTSKY, Karl. **Las tres fuentes del marxismo.** La obra histórica de Marx. S.l.: Germinal, 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1907/lastresfuentesmarxismo-kautsky-1907.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

_____. **La cuestión agraria.** Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la social democracia. S.l.: Marxist Internet Archives (MIA), 2015. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/kautsky-la-cuestion-agraria.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

_____. **O caminho do poder.** São Paulo: Hucitec, 1979

KORPI, Walter. **The working class under welfare capitalism.** Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

_____. **The democratic class struggle.** Routledge & Kegan Paul, 1983.

LINDHOLM, Marika. Swedish Feminism, 1835-1945: A Conservative Revolution. **Journal of Historical Sociology**, v. 4, n. 2, p. 121-142, 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6443.1991.tb00100.x/pdf>> Acesso em: 27 jul. 2015

LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie. **Sex roles and social policy: a complex social science equation.** Michigan: Sage Publications, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução.** S.l.: s.e., 2002. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Reforma%20ou%20Revolu%C3%A7%C3%A3o_0.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015

- LYKKE, Nina. **Feminst Studies**. A guide to intersectional theory, methodology and writing. Nova Iorque: Routledge, 2010.
- MAHON, Rianne. Child care in Canada and Sweden: policy and politics. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 4, n. 3, p. 382-418, 1997. Disponível em: <<http://sp.oxfordjournals.org/content/4/3/382.full.pdf+html>>. Acesso em: 1 set. 2015
- MULINARI, Diana; MOLINA, Irene. Explorando la herencia colonial del feminismo, igualdad de género y racismo em los países nórdicos. In: Congreso Internacional Las Políticas de Equidad de Género en Prospectiva: Nuevos Escenarios, Actores y Articulaciones – FLACSO, 2010, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.prigcepp.org/congreso/documentos/ponencias/5_Mulinari_y_Mulina.pdf> Acesso em: 28 jul 2015
- NAUMANN, Ingela K. Child care and feminism in West Germany and Sweden in the 1960s and 1970s. **Journal of European Social Policy**, v. 15, n. 1, p. 47-63, 2005. Disponível em: <<http://esp.sagepub.com/content/15/1/47.full.pdf+html>> Acesso em: 28 jul. 2015
- PONTUSSON, Jonas. Behind and beyond social democracy in Sweden. **New Left Review**, v. 143, n. 1, p. 69-96, 1984. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR13904.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015
- _____. Radicalization and retreat in Swedish social democracy. **New Left Review**, v. 165, n. 9, p. 5-33, 1987. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR16101.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCHIRMER, Jennifer. **The limits of reform**: women, capital, and welfare. Rochester: Schenkman Books, 1982.
- SCOTT, Hilda. **Sweden's Right to Be Human**. London: Allison and Busby, 1982.
- SOMMESTAD, Lena. Welfare state attitudes to the male breadwinning system: The United States and Sweden in comparative perspective. **International Review of Social History**, v. 42, n. S5, p. 153-174, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S0020859000114774>> Acesso em: 16 jun. 2015
- STATISTISKA CENTRALBYRÅN – SCB, Historical Statistics. Disponível em: <http://www.scb.se/en_/Finding-statistics/Historical-statistics/> Acesso em: 20 jun. 2015
- WILDE, Lawrence. The politics of transition: the Swedish case. **Capital & Class**, v. 16, n. 2, p. 7-18, 1992.

WILKS, Stuart. Class compromise and the international economy: the rise and fall of Swedish social democracy. **Capital & Class**, v. 20, n. 1, p. 89-111, 1996.